

Cómo citar este artículo:

Defilippo, A., de O. Ferreira, C., Canêo, G., Silva, P. G., Pereira de Souza, S. (2024). Aproximações entre o Serviço Social do Reino Unido e do Brasil na contestação ao Serviço Social Tradicional. *Revista Eleuthera*, 26(2), 51-72. <http://doi.org/10.17151/eleu.2024.26.2.4>

Aproximações entre o Serviço Social do Reino Unido e do Brasil na contestação ao Serviço Social Tradicional

Approaches between UK and Brazilian Social Work in challenging Traditional Social Work

ELEUTHERA

ANTONIANA DEFILIPPO*

CAMILA CAROLINE DE O. FERREIRA**

GIOVANNA CANÊO***

PEDRO GABRIEL SILVA****

SHIRLENY PEREIRA DE SOUZA OLIVEIRA*****

Resumo

Este artigo objetiva apresentar algumas aproximações entre o Serviço Social do Brasil e do Reino Unido - especialmente no que diz respeito à contestação ao Serviço Social Tradicional. Para tanto, dialoga com as principais produções bibliográficas que versam sobre os determinantes históricos que compõem a emergência da perspectiva contestatória ao Serviço Social Tradicional nestes dois países, no contexto das relações sociais capitalistas entre as décadas de 1970 e 1990, destacando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Conclui-se que o diálogo entre as vertentes críticas do Serviço Social dos dois países mostra-se promissor e, por isso, merece ser adensado.

Palavras chave: Reino Unido; Brasil; Serviço Social Radical; Serviço Social Tradicional; Movimentos Contestatórios.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense/ Campus Rio das Ostras. E-mail: antonianadefilippo@id.uff.br.

 orcid.org/0000-0003-1629-582X. **Google Scholar**

** Assistente social, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: camilaferreirass@hotmail.com.

 orcid.org/0000-0001-8597-0302. **Google Scholar**

*** Assistente social, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), doutoranda sanduíche na Liverpool Hope University (LHU/UK) e Cooordenadora do Grupo de Estudos em Sociedade Punitiva, Justiça Criminal e Direitos Humanos Profª Andrea Almeida Torres (GEPEX-DH-AAT) - UNIFESP. Gestão ampliada do GTP Ética e direitos humanos da ABEPSS (2023-2024). E-mail: gicane080@gmail.com.

 orcid.org/0000-0001-8003-5542. **Google Scholar**

**** Doutor em Serviço Social (Universidade de Jyväskylä/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa) e Estudos Contemporâneos (Universidade de Santiago de Compostela), Professor Auxiliar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Investigador Integrado do CETRAD-Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento. Email: pgsilva@utad.pt. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0635-725X>; Google Acadêmico: <https://scholar.google.es/citations?user=BBqGRMYAAAAJ&hl=en&oi=ao>

 orcid.org/0000-0002-0635-725X. **Google Scholar**

***** Assistente Social e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E-mail: oliveirashirley@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4638-926>; Google Acadêmico: https://scholar.google.com/citations?hl=pt-BR&user=2POPO_0AAAAJ

 orcid.org/0000-0003-4638-926. **Google Scholar**



Abstract

This article presents some parallels between Social Work in Brazil and the United Kingdom - especially regarding the rebuttal of Traditional Social Work. To this end, this article engages with the main literature that discusses the historical determinants contributing to the emergence of the contestatory perspective of Traditional Social Work in the two countries, within the context of capitalist social relations between the 1970s and 1990s, highlighting the theoretical-methodological, technical-operational, and ethical-political aspects. It is concluded that the dialogue between the critical strands of Social Work in both countries is promising and, therefore, deserves to be enhanced.

Key words: United Kingdom; Brazil; Radical Social Work; Traditional Social Work; Contestatory Movements.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar algunas similitudes entre el Trabajo Social en Brasil y Reino Unido, especialmente en lo que respecta al desafío del Trabajo Social Tradicional. Por lo tanto, dialoga con las principales producciones bibliográficas que abordan los determinantes históricos que configuran el surgimiento de la perspectiva desafiante sobre el Trabajo Social Tradicional en estos dos países, en el contexto de las relaciones sociales capitalistas entre los años 1970 y 1990, destacando la dimensiones teórico-metodológica, técnico-operativa y ético-política. Se concluye que el diálogo entre los aspectos críticos del Trabajo Social en los dos países es prometedor y, por lo tanto, merece ser ampliado.

Palabras-clave: Reino Unido; Brasil; Trabajo Social Radical; Trabajo Social Tradicional; Movimientos contestatarios.

Introdução

Este artigo trata-se de um estudo preliminar vinculado à pesquisa “Serviço Social Radical no Reino Unido: os fundamentos histórico-críticos do Serviço Social britânico na contemporaneidade”, articulada à pesquisa em rede “Serviço Social na história: Questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa” e tem como objetivo apresentar aproximações entre o Serviço Social brasileiro e britânico na contestação à perspectiva tradicional. Para desenvolvê-lo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, revisão bibliográfica e análise documental tendo por referência os principais autores do Serviço Social brasileiro contemporâneo e do Serviço Social britânico vinculados à vertente crítica e radical, como Yamamoto, Netto, Barroco, Abramides, Corrigan, Leonard, Simpkin, Statham, Langan, Ferguson, Lavalette, Ioakimidis, dentre outros.

O Serviço Social, em âmbito mundial, emerge e se desenvolve no momento de avanço do capitalismo industrial, de expansão urbana e reconfiguração da composição das classes no processo de disputa pelo poder do Estado e configuração do Estado social. A expansão

e hegemonia do capital monopolista não resguardou a classe trabalhadora, repercutindo na agudização e emersão de diferentes expressões da “questão social”, elemento inerente à sociedade capitalista e base de justificativa para o surgimento da profissão¹ (Iamamoto & Carvalho, 2013).

As condições de vida e labor da classe trabalhadora passam a ser parte do foco do Estado e das classes dominantes na formulação de estratégias de manutenção do sistema, o que tem permitido, de forma contraditória e carregada de lutas, a construção de um Estado social, mesmo que isso não signifique uma natureza anticapitalista. Trata-se, pois, de um processo político e econômico contraditório e metabólico do sistema em meio às disputas de classes e frações de classes que defendem projetos societários distintos. Neste sentido, o Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho a partir das demandas por uma intervenção profissional qualificada nas expressões da questão social, que partem, inicialmente, da classe dominante e do Estado, visando uma abordagem disciplinadora em relação à classe trabalhadora - processo que expõe a dimensão política na profissão que lhe é ineliminável (Iamamoto & Carvalho, 2013).

E é justamente essa dimensão política que permite aos/às assistentes sociais optarem por determinada direção social expressa dentre distintos projetos societários e projetos profissionais na sociedade de classes, haja visto que neste modelo de sociedade, projetos societários e projetos coletivos (projetos profissionais, por exemplo) são atravessados pela dimensão política e ideológica inerente à condição de classe e envolve relações de poder, interesses contrapostos e escolhas embasadas pelos valores e concepções teóricas e distintas (Netto, 2006).

Assim, a dimensão política que perpassa os projetos societários não deixa ilesos os projetos profissionais e, embora seja ineliminável, muitas vezes torna-se imperceptível, sobretudo no discurso do apoliticismo, desvelando um dos traços determinantes do conservadorismo e tradicionalismo que consiste, essencialmente, na negação das dimensões políticas e ideológicas.

Os projetos profissionais apresentam, portanto, a *autoimagem de uma profissão* à medida que designam seus valores, objetivos e funções, estabelecem normas de conduta e requisitos para o exercício profissional, legitimando-a socialmente. Sua elaboração e implementação dependem de um sujeito coletivo organizado, o que inclui não apenas suas entidades representativas,

¹ Conforme Iamamoto (2018, p. 72), na literatura do Serviço Social brasileiro não há consenso a respeito do que se entende por “questão social” e suas relações com a profissão. Considerando isso, trabalhamos aqui com a perspectiva de que ela se constitui como a matéria de trabalho do Assistente Social mediado pelas políticas públicas, cujas expressões “condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho – a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos”.

mas todo o corpo profissional, formado pelas/os profissionais, pesquisadores/as, docentes, estudantes e instituições de ensino (Netto, 2006, p.4).

Com efeito, verifica-se que em diferentes partes do mundo onde o Serviço Social se consolidou enquanto profissão socialmente reconhecida, perspectivas societárias e de projetos profissionais distintos têm se confrontado em torno de uma direção social para a sociedade e seu corpo profissional. Mas, desde seu surgimento, as bases teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que a fundamentam têm sido, hegemonicamente, atravessadas pela perspectiva conservadora, amalgamando o que denominamos de Serviço Social Tradicional².

No que se refere a perspectivas contestatórias do Serviço Social Tradicional, pelo que temos de registros e pesquisas, suas primeiras manifestações estão relacionadas à experiência profissional nos Estados Unidos (Silva, 1983; Wagner, 1991). Algumas dessas experiências alçaram hegemonia no seu corpo profissional, como é o caso do Serviço Social brasileiro. Outras, se apresentam enquanto vertentes ou movimentos contra hegemônicos em suas particularidades nacionais e buscam seu lugar na categoria, como é o caso do Serviço Social Crítico e Radical no Reino Unido.

Nas seções subsequentes, exploraremos a emergência da perspectiva contestatória tanto no Brasil quanto no Reino Unido, notadamente no trânsito dos anos 1960 - 1970, destacando a confluência desses movimentos nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão nos dois países. Desprovido de qualquer pretensão comparativa, o artigo, assim, objetiva delinear as particularidades e aproximações desse processo na direção da valorização do movimento de recusa ao conservadorismo e de fortalecimento de um projeto crítico na profissão, frente aos desafios contemporâneos impostos pela radicalização da questão social no contexto da mundialização do capital.

As perspectivas contestatórias ao Serviço Social Tradicional no Brasil e Reino Unido e sua confluência nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

Para refletir sobre as perspectivas contestatórias ao Serviço Social Tradicional nas particularidades brasileira e britânica no capitalismo contemporâneo, recorreremos a um dos momentos mais importantes da história recente, em termos mundiais: as transformações na acumulação capitalista emergidas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Os impactos

² Yamamoto (2012, p. 206) explicita que o 'Serviço Social Tradicional' se fundamenta na "ética liberal-burguesa e sua teleologia consiste na correção", sob ponto de vista funcionalista, "de resultados sociais considerados negativos ou indesejáveis, com um substrato idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressupondo a ordenação capitalista como um dado factual ineliminável".

no campo econômico, político, social e cultural, delineadas por um conjunto de crises no Ocidente, impactaram sobremaneira o mundo e, dentre os momentos marcantes, destacamos: a extinção do sistema Bretton Woods; a crise do petróleo, em 1973 e 1979; a crise do dólar, em 1978; a Guerra do Vietnã, em 1975; a crise fiscal dos Estados Unidos da América (EUA), com elevação da taxa de desemprego e inflação acelerada; a crise do modelo de regulação keynesianista-fordista; e a crise do bloco soviético.

É neste mesmo cenário que emergem os processos de luta de classes, tendo por marcos, a partir de 1968, a *Primavera de Praga*, o *Maio Francês*, a *Revolução Portuguesa*. Paralelamente, nesse mesmo período, a América Latina é marcada por Golpes e Ditaduras Militares que assolaram o continente, sob face autocrática e violenta, processos esses desencadeados com amplo apoio estadunidense. A instauração dessa forma de controle econômico, político, cultural e social, pode ser considerada como resposta do capital frente às mobilizações populares que emergiram em todo o continente desde a Revolução Cubana, em 1959.

Todos esses fatos políticos, econômicos, sociais e culturais demonstram as ofensivas do capital e a irrupção de movimentos contestatórios da classe trabalhadora frente a mais um contexto de crise. Neste cenário, o Serviço Social, profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, não ficou ileso a esses processos.

Da contestação à hegemonia: a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro

No que se refere ao Serviço Social brasileiro, a emergência de perspectivas contestatórias ao Serviço Social Tradicional remonta justamente à transição dos anos 1960/1970³, impulsionadas pelo Movimento de Reconceituação Latino-americano, fortalecendo-se e consolidando-se a partir da década de 1980 e 1990 num movimento de contestação, recusa e crítica ao projeto profissional conservador até então hegemônico.

Um dos momentos mais simbólicos desta construção aconteceu no ano de 1979, no chamado “Congresso da Virada” (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em São Paulo), e mesmo sob a ainda vigente ditadura militar no país, evidenciou-se ali uma *direção social* contestatória ao conservadorismo, permitindo, a partir de então, o confronto de ideias, o questionamento explícito ao Serviço Social Tradicional e a busca por um projeto profissional crítico.

A conjuntura de redemocratização da sociedade brasileira encontrou consonância no corpo profissional e propiciou a criação de um quadro necessário para o rompimento da hegemonia do conservadorismo no Serviço Social de então. Ou seja, a ditadura e os processos que

³ Maiores informações, ver Netto, 2006.

culminaram em sua derrota, permitiram um desvelamento da *condição política* para a construção de um novo projeto profissional.

Em termos de organização política dos assistentes sociais brasileiros, sobretudo organização político-sindical, Abramides (2019) afirma que o momento foi de certa “colagem” junto aos movimentos classistas, aos partidos de esquerda, como Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista, por exemplo, o que propiciou impulso na *direção social* contestatória da profissão e mobilização significativa em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A categoria profissional de assistentes sociais uniu-se aos movimentos populares nas diferentes frentes e bandeiras de luta e defesa do ensino público, laico, gratuito, socialmente referenciado e universal; na luta contra qualquer discriminação e opressão de classe, raça, etnia, gênero e orientação sexual; políticas sociais públicas específicas (mulher, idoso, criança e adolescência, negros, indígenas população em situação de rua, etc.); reforma sanitária e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS); implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); reforma urbana e políticas de habitação e ambiental; pelo direito de posse da terra nas favelas; pela implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) nas cidades; pelo transporte coletivo; creches públicas; reforma agrária; demarcação das terras indígenas (Abramides, 2019).

Muitos foram os espaços onde diferentes assistentes sociais organizaram-se na luta e defesa de políticas públicas enquanto direito - fato que imprimiu pauta programática nos congressos específicos da categoria, como CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), realizados pelas entidades nacionais e estudantis, sob coordenação da ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais) de 1982 a 1989. Subsequentemente, os congressos foram realizados pelas entidades da categoria: ANAS, ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) e ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). Com a extinção da ANAS em 1992, o CBAS passa a ser organizado, até a presente data, pelo conjunto CFESS/ CRESS/ ABEPSS/ ENESSO. Assim, afirma-se que o percurso junto às lutas sociais da classe trabalhadora e lutas desenvolvidas pela categoria no período citado, demonstram importante direção nos rumos organizativos da categoria, sobretudo para a ruptura com o conservadorismo e consolidação de um projeto profissional alinhado às lutas da classe trabalhadora.

No âmbito acadêmico, o Serviço Social brasileiro havia se legitimado nos anos 1960, a partir da Reforma Universitária empreendida pela ditadura, o que possibilitou, no decorrer dos anos 1970, o surgimento de cursos de pós-graduação, sobretudo mestrados (os doutorados surgiram a partir dos anos 1980). Com a pós-graduação se consolida a produção de conhecimento da área de Serviço Social, operando uma ambiência e acumulação teórica, a partir da interlocução com as ciências sociais.

Esse movimento possibilitou a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo na profissão, explicitando abertamente vertentes críticas - com destaque para a de inspiração na tradição marxista. Essa guinada no plano da acumulação do conhecimento permitiu um pluralismo que, conseqüentemente, proporcionou a incidência de concepções teóricas e metodológicas confluentes aos projetos societários das classes trabalhadoras, ou seja, “de concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes” (Netto, 2006, p. 12). Juntamente ao componente teórico-metodológico, entra em cena o debate sobre a formação profissional e, em 1982 acontece a reforma curricular, esta precedida por amplas discussões empreendidas e estimuladas pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS)⁴.

No *processo de ruptura profissional com o conservadorismo*, a produção teórica de maior densidade e fôlego foi revelada pela obra de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho, intitulada “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, publicada pela primeira vez em 1982, sendo ainda hoje leitura imprescindível para a profissão. Trata-se do primeiro livro de Serviço Social, no Brasil, a se debruçar sobre o legado marxiano para uma interpretação sobre a totalidade social e o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho e o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, do caráter contraditório da profissão e do trabalho profissional, na relação capital/trabalho e as implicações do que disso decorre.

Assim, o conjunto do corpo profissional, motivado pela ruptura com o conservadorismo, se voltou à formação profissional, sobretudo no nível da graduação, tendo em vista as novas determinações conjunturais no cenário redemocratizador e de uma “questão social” moldada nos tempos da ditadura. O cenário impôs à profissão o redimensionamento de sua formação profissional para que esta fosse capaz de responder, com *eficiência e competência*, às demandas da profissão, sejam elas as já tradicionais ou as emergentes na sociedade brasileira. O entendimento era de que seria preciso, portanto, um novo perfil profissional.

Outras conquistas, em termos de ruptura com o conservadorismo na profissão, foram empreendidas pelas vanguardas do corpo profissional e, dentre elas, o Código de Ética profissional de 1986⁵ que, mesmo ainda aproximativo ao debate da ética e produzindo reflexões

⁴ A ABES foi criada em 1946. Alinhado ao movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional e construção do Projeto ético-político profissional, no ano de 1996, a ABES passou a se denominar Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

⁵ Segundo Abramides (2019), o Código de Ética de 1986 expressou a intenção de parte da categoria profissional em explicitar seu compromisso com as lutas da classe trabalhadora e superou a visão do profissional como somente executor de políticas sociais. Expressou a direção sociopolítica profissional para a profissão – que posteriormente veio a consolidar-se no projeto ético-político profissional do Serviço Social -, articulada com os movimentos sociais, sindicais e político-partidários progressistas, estabelecendo um compromisso político com a classe trabalhadora.

ainda imaturas, representaram um avanço no Serviço Social brasileiro intrinsecamente ligados à *dimensão política* na busca pelo rompimento com o conservadorismo. Segundo Barroco (2012), o Código de Ética de 1986 rompe com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos precedentes e passa a se dirigir explicitamente ao compromisso profissional com a realização dos direitos e necessidades dos usuários, entendidos em sua inserção de classe (Barroco, 2012).

Nos anos 1990, a questão ética entra na cena política brasileira, desencadeada pelo impeachment do presidente da República, Fernando Collor de Melo, penetrando nos meios acadêmicos e no Serviço Social, possibilitando um avanço significativo em face da reflexão ética acumulada até 1986. São sinais desse avanço a constituição de uma produção ética crítica, especialmente a vinculada à tradição de Marx, de divulgação nacional; o desencadeamento de um debate ético sistemático e de uma intervenção ético-política articulada à formação e ao exercício profissional (Barroco, 2012).

Sob amplo processo educativo e politizador, entre os anos 1991 e 1993 foi debatida a revisão do Código de Ética vigente e em 1993 é aprovado o novo documento que tem, dentre tantos avanços, a liberdade como valor ético central.

Juntamente com o CE de 1993, cabe destacar a aprovação da Lei de Regulamentação da Profissão⁶, também em 1993, e das Diretrizes Curriculares, de 1996⁷. Tais instrumentos legais consolidam o projeto ético-político profissional atual - consolidando a ruptura com o Serviço Social Tradicional. Portanto, é possível afirmar que o Projeto Ético-Político profissional consolidou sua hegemonia durante a década de 1990. De acordo com Netto (1999), dois elementos distintos contribuíram para essa consolidação, os quais foram habilmente articulados pelas vanguardas profissionais em uma direção social estratégica definida.

O primeiro deles foi o aumento significativo da participação de diversos segmentos do corpo profissional em fóruns, espaços de discussão e eventos profissionais. Isso se manifestou nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, nos encontros regionais preparatórios, nas oficinas e encontros de pesquisadores promovidos pela ABEPSS, e ainda, nos seminários nacionais do conjunto CFESS/CRESS. O que se observa é que houve uma ocupação efetiva das entidades político-organizativas, formativas e regulatórias da categoria, tanto pelas vanguardas,

⁶ A Lei de Regulamentação Profissional de assistentes sociais (Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993), revisada e atualizada, refere-se às competências e atribuições privativas do corpo profissional no seu exercício, assim como às atribuições do Conselho que representa a categoria, no caso, o conjunto CFESS/CRESS. Em se tratando das competências profissionais, as mesmas estão direcionadas aos direitos civis, políticos e sociais, no atendimento às necessidades dos indivíduos sociais, portadores de direitos.

⁷ As Diretrizes Curriculares de 1996 consubstanciam, no âmbito da formação profissional, os elementos do projeto de ruptura. Elas foram definidas e aprovadas na Oficina Nacional da ABEPSS, fruto de amplo debate regional e nacional, a partir da compreensão de que a “profissão é concebida processualmente”, sendo o “currículo um instrumento de fazer história, como obra cultural”, e constitui-se enquanto “espaço de produção e reprodução de saberes e experiências” (Abramides, 2019, p. 60).

quanto pelas/os profissionais, garantindo a possibilidade de manutenção da direção social deste projeto coletivo.

O segundo elemento está relacionado a sintonia das linhas fundamentais deste projeto com tendências importantes do movimento das classes sociais no Brasil, em particular, com os interesses da classe trabalhadora. Assim, a construção desse projeto profissional acompanhou o avanço do movimento democrático e popular, que tensionou frontalmente a sociedade brasileira entre o fim da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988, vinculando-se, portanto, a um projeto societário que contrastava com o das classes proprietárias e exploradoras, enraizando-se efetivamente na vida social.

Apesar dessas estratégias e enormes avanços, cabe salientar que a consolidação da hegemonia no Serviço Social Brasileiro coincidiu com a instauração de um quadro bastante grave de contra-ofensiva do grande capital, marcado pela ascensão do neoliberalismo no país, notadamente a partir dos anos 1990, que vem promovendo inúmeras investidas na direção da privatização do Estado, do sucateamento dos serviços públicos e da disseminação de uma cultura cada vez mais centrada no individualismo e na banalização da vida humana.

Além disso, apesar do êxito do movimento contestatório ao Serviço Social tradicional no Brasil, não é possível falar na completa eliminação de tendências conservadoras ou neoconservadoras no interior da profissão. “A profissão não é uma ilha. Ela reflete as contradições sociais, suas tendências e, como tal, a luta pela hegemonia entre ideias e projetos profissionais e societários” (Barroco, 2015). Com efeito, sua incidência cada vez maior dentro da profissão, marcada pela precarização da formação profissional, pelo avanço do ensino à distância e pela invasão dos apelos irracionalistas próprios da atual conjuntura, tem evidenciado a coexistência e competição entre projetos distintos, expressos tanto na disputa pela direção da formação e do trabalho profissional, quanto das entidades representativas da categoria. Portanto,

A hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas da categoria e da base social que orienta a direção política da nossa intervenção: as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais. Trata-se, assim, de enfrentamentos em busca de um acúmulo de forças que caminham no interior da profissão e na sociedade (Barroco, 2015, p. 634).

Da crítica à resistência: o surgimento e legado do Serviço Social Radical no Reino Unido

No Reino Unido, as décadas do pós-Segunda Guerra Mundial foram de estabelecimento do *Welfare State*, momento em que não apenas a segurança social e transferência de renda em espécie se expandiram, mas também as políticas sociais como um todo, do que chamamos de Estado social. Cresceu a demanda por profissionais de Serviço Social e, em mesma medida, o setor de educação para a formação em Serviço Social aumentou extensivamente. Até aquele momento, a formação e a prática do Serviço Social britânico eram fortemente influenciadas pela tradição dos Estados Unidos, sobretudo no trabalho de Mary Richmond, centrada nos metodologismos e na psicoterapia (Corrigan & Leonard, 1978; Langan & Lee, 1989; Simpkin, 1979).

A emergência de vertentes radicais no Serviço Social dos anos 1960 e, sobretudo, 1970 no Reino Unido, expôs, de certa forma, um conflito cada vez mais notório na profissão, em consonância com o que os autores radicais estadunidenses como Richan e Mendelsohn (1973, p. 188) chamaram de “contradições internas” do Serviço Social.

Essas contradições eram, na verdade, sinais de uma crise ou contestação em curso, cujos sintomas se percebiam na perda de credibilidade dos profissionais junto dos seus “clientes” e na perda de papéis-chave em domínios relativamente aos quais os assistentes sociais há muito reivindicavam responsabilidades (como a política social ou a organização dos serviços sociais). Esta crise ou contestação era, para os mesmos autores, uma oportunidade para “quebrar antigas definições e velhas soluções” (Richan & Mendelsohn, 1973, p. 44) na profissão. Assim, as tendências radicais que emergiram no Serviço Social britânico no final dos anos 1960 jogaram suas lutas, necessariamente, nos campos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo na busca de uma transformação integral da profissão, a partir da recusa do que se processava até então.

É consenso na literatura radical britânica da década de 1970 que o Serviço Social Radical se apresentava como uma proposta transformadora, utópica, diante do momento de crise social e política, e oferecia uma proposta alternativa de análise social e um conjunto de práticas capazes de promover a igualdade, a justiça social, o combate e busca pela eliminação da opressão, a partir do projeto societário progressista e socialista (Mullaly 1997; Reisch & Andrews, 2002; Simpkin 1979).

Enquanto o Serviço Social se via diante de críticas advindas dos setores da direita política sobre a falta de *eficiência e eficácia na prática profissional*, na *esquerda política* crescia a inquietação com os efeitos dessa abordagem tecnicista no Serviço Social. As expressões da questão social, a partir das demandas por eficiência e eficácia, tornaram-se cada vez mais individualizadas, as

causas estruturais por trás dessas expressões foram escamoteadas e o foco rapidamente passou a ser das responsabilidades do “cliente” e do que ele mesmo poderia fazer para reduzir os problemas enfrentados (Corrigan & Leonard, 1978).

Assim, a análise crítica que inicialmente surgiu frente ao Serviço Social Tradicional no Reino Unido, comumente chamado de “*mainstream social work*” – reformulado pelo tecnicismo –, estava relacionada à cultura do silêncio em torno das contradições e desigualdades sociais produzidas no sistema capitalista (Corrigan & Leonard, 1978).

Segundo Ioakimidis (2019), embora possa-se dizer que as primeiras expressões do Serviço Social Radical britânico tenham se manifestado anos antes, a partir da formação dos chamados Movimentos de Assentamento⁸, em que um grupo pioneiro de assistentes sociais nos anos 1920 passaram a questionar as perspectivas do Serviço Social tradicional, a partir de suas experiências profissionais nas casas de assentamento, observa-se que é na década de 1970 que a vertente radical do Serviço Social se fortalece:

A década de 1970 interrompeu a lua de mel do pós-guerra. O desemprego aumentou em níveis nunca vistos na Europa desde a década de 1930 e levou a um aumento significativo da pobreza e a um aviltamento gradual das condições de trabalho. As duras realidades econômicas ajudaram as análises marxistas sobre crescimento e crise (“*boom and bust*”) para recuperar sua centralidade e dar forma a um movimento radical mais concentrado (Ioakimidis, 2019, pp. 281-282).

Em termos de organização política, Ferguson e Lavalette (2013) identificam neste período o estabelecendo de uma relação mais próxima da vertente radical com o movimento sindical e a prática profissional, observando-se um crescente e significativo número de assistentes sociais sindicalizados na época, além de suas participações e apoios a greves em setores não só relacionados ao social, como também a outros, a exemplo setor de mineração vinculado a ações industriais.

No que se refere à dimensão teórico-metodológica, uma rica produção acadêmica ganha visibilidade, além de outros canais de publicações, que embora não estivessem vinculados ao universo acadêmico, tiveram importante contribuição por explorar, pela primeira vez, questões relacionadas à formação, ao poder, à prática profissional e às perspectivas socialistas sobre o serviço social, a exemplo da Revista *Case Con*.

A revista *Case Com*, por exemplo, surge enquanto revista revolucionária para assistentes sociais, a partir da insatisfação com a abordagem centrada no indivíduo frente à questão social. A

⁸ Para maiores informações, ver Ioakimidis, 2019.

primeira edição foi publicada em 1970 e perdurou até 1977, com um histórico de 25 edições. O próprio título “*Case Con*”, que se referia à abordagem de caso, intencionava ser uma expressão crítica “ao truque desonesto de reduzir problemas sociais estruturais à responsabilidade” individual do “cliente”. A revista publicou um manifesto no qual se argumentava que os assistentes sociais deveriam tentar mudar a sociedade, juntamente aos demais trabalhadores, para enfrentar as causas fundamentais dos problemas sociais⁹. Foram publicadas críticas sobre a ascensão do gerencialismo nas agências de Serviço Social e sobre o “neoliberalismo como um paradigma político cada vez mais dominante” (Steyaert, 2019, s/p).

Embora a revista não tenha se difundido como desejado, sua importância para o nascente movimento contestatório no âmbito do Serviço Social britânico é incontestável, sobretudo por imprimir uma direção social para a organização política de assistentes sociais, pautada pelo projeto societário socialista, e permitir reflexões fundamentais para apreensão da realidade concreta em uma perspectiva crítica, apontando para a necessidade de aprofundamento teórico na direção social contrária ao modelo hegemônico vigente naquele contexto (Bigogno, 2020).

No que se refere à produção teórica, até os anos 1975, o Serviço Social Radical não tinha um reconhecimento mais amplo, o que veio a acontecer naquele ano, quando Roy Bailey e Mike Brake organizaram e publicaram o livro intitulado “*Radical Social Work*”, numa crítica contundente à formação e à prática do Serviço Social Tradicional. Na reedição de 1980, o primeiro livro foi complementado como “*Radical social work and practice*” e ambos foram recebidos positivamente pela categoria profissional, dando ao *Radical Social Work* certa maturidade política e teórica (Bigogno, 2020).

Para tanto, são identificáveis diferentes tendências na vertente radical. Dentre elas, nos anos 1970, Langan e Lee (1989, p. 14) reconheceram três principais que designaram de “aproximações a uma estratégia política”: i) a abordagem revolucionária (que enfatizava a crítica ao papel de controle do Estado e dos assistentes sociais como seus operativos, propondo uma transformação socialista); ii) a abordagem reformista (na qual os assistentes sociais se constituíam como “guardiões” das conquistas do Estado social e luta pela adequação dos serviços às necessidades do público contra ofensivas mercantilistas); iii) a abordagem prefigurativa (favorecedora de câmbios que já antecipavam novas estratégias de ruptura com causas de opressão e desigualdade não exclusivamente fundamentadas na condição de classe).

Dentre estas tendências, a que mais se destacou foi a corrente revolucionária, que buscava uma aproximação ao pensamento marxista, proponente de um projeto societário socialista, no qual a profissão teria um papel central (Silva, 2019). Essa proximidade com a teoria

⁹ O grupo que estava à frente das edições da revista *Case Con* também organizaram duas conferências por ano até 1976 (Feldon et al, 2018).

marxista reforçou a tendência anticapitalista da radicalização no Serviço Social britânico e o afastamento do projeto profissional vigente até então, de caráter conservador e tradicional, assim como ao sistema socioeconômico dominante. Nesse marco, registra-se uma assumida rejeição do que se designava de ideologia profissional (Bailey & Brake, 1975; Joyce et al. 1988), acompanhada de uma desconfiança em relação ao profissionalismo (Langan & Lee, 1989). Tal como Pearson (1975) expôs, o “profissionalismo” era visto como um conceito normativo e uma força que demandava dos assistentes sociais um compromisso com uma ordem política e econômica. Esta ordem, como referimos anteriormente, era entendida pelos radicais como intrinsecamente dependente do sistema capitalista e dos seus privilégios de classe, afastando os profissionais dos grupos e pessoas mais desfavorecidos da classe trabalhadora. Por seu turno, as instâncias representativas da profissão acabavam por ver sua ação alinhada com os propósitos de dominação e controle estruturais, comprometendo a sua capacidade de intervenção nas causas da desigualdade. A “receita” radical para travar essa limitação passava por redirecionar a atuação dos profissionais para formatos alternativos de prática, adotando posições políticas que confrontassem as estruturas de poder social e econômico dominantes, além do próprio *status quo* profissional (Bailey & Brake, 1975).

Uma parte das críticas ao profissionalismo assentava-se na ideia de que o Serviço Social teria muito mais a ganhar se conseguisse ver legitimadas outras formas de prática, enfim, se assegurasse diversidade teórico-metodológica. Uma diversidade que era, na opinião dos autores radicais, ameaçada por forças que, dentro da institucionalidade profissional e dos serviços, se forçava a determinação de campos de intervenção e a adoção de dispositivos e métodos operativos específicos - o “devaneio da técnica”, como chamou Mullaly (1997, p. 13).

A contestação também se estendia à formação profissional de assistentes sociais no Reino Unido. A crítica ao Serviço Social tradicional resultou na censura do sistema de ensino do Serviço Social. Bailey e Brake (1975) foram particularmente os responsáveis por essa crítica, acusando o sistema de ensino como sendo uma das principais causas da manutenção de práticas de intervenção mais tradicionais, psicologizantes e, sobretudo, individualizadas.

Para estes autores, no Reino Unido, para além do predomínio do ensino do *casework*¹⁰, a formação profissional estava longe de ser capaz de estimular o pensamento crítico e de instigar maior sensibilidade pela diversidade cultural. Nesse plano, denunciavam que o ensino da política social não deveria ser um mero estudo de legislação, mas sim uma análise crítica das políticas e o papel dos movimentos e lutas sociais.

A crítica ao sistema capitalista, acusado de ser a principal fonte de opressão e desigualdade, impregnou o Serviço Social radical britânico dos anos 1970 (Withorn, 1984). Os apelos à

¹⁰ Casework: trabalho de caso (Tradução nossa).

consciência de classe e ao igualitarismo aproximaram os assistentes sociais radicais das organizações de esquerda e das causas de esquerda (Corrigan & Leonard, 1978; Wagner, 1989), forçando um impulso político profissional aberto e auto assumido (Statham, 1978).

Nas propostas radicais, a politização da profissão se expressava em quatro grandes linhas: i) atuação com base em mudanças de pequena escala como meio de alcançar objetivos transformadores mais amplos; ii) através da ação sindical; iii) a partir de um maior envolvimento na ação coletiva e iv) com as comunidades e através do envolvimento político-partidário dos profissionais. Quanto à primeira, o assistente social, enquanto um profissional que se insere nos serviços sociais, por meio da consciencialização e da organização dos usuários, podia, no cotidiano, agir com vista à produção de impactos no contexto político global (Corrigan & Leonard, 1978). Essa noção implicava trabalhar para a mudança social em nível micropolítico (Langan & Lee, 1989; Statham, 1978), não exclusivamente através de ação revolucionária, mas, também, a partir de uma ação transformadora diária na linha do marxismo revolucionário (Mullaly, 1997; Powell, 2001; Reisch & Andrews, 2002).

Desse modo, as propostas radicais para redirecionar a profissão para uma atuação obliteradora das forças de opressão social, agências estatais e outras instituições de controle social (estruturas de serviços sociais incluídas) (Cloward & Piven, 1975; Piven & Cloward, 1971), convergiam para uma pauta em que o ativismo, a participação política, a ação sindical e a associação a mobilizações coletivas desempenhavam um papel incontornável (Statham, 1978).

No que concerne à mobilização sindical, sua importância para a prática do serviço social em geral e, especialmente, para o reforço de um projeto profissional politicamente empenhado, foi uma questão constante na literatura sobre Serviço Social radical dos anos de 1970 no Reino Unido, onde os assistentes sociais registraram uma forte tradição de filiação sindical (Joyce et al., 1988). Para os autores radicais, a adesão a um sindicato não era vista com o propósito de reforçar o estatuto profissional e garantir os direitos e as regalias laborais dos assistentes sociais; era, uma opção que aproximava os profissionais dos movimentos dos trabalhadores e contribuía para promover a sua consciência de classe e o sentimento de pertencimento a um movimento de classe mais alargado (Langan & Lee, 1989; Wenocur, 1974).

O envolvimento nos movimentos sindicais era visto pelos radicais como estratégico para os assistentes sociais, não só para resolverem as suas próprias questões profissionais, como, também, para terem na figura do sindicato um aliado a mais no reconhecimento e na reivindicação dos direitos dos usuários dos serviços. Desse modo, as questões profissionais eram, simultaneamente, problemas de seus usuários e vice-versa, tal como resumiram Corrigan e Leonard (1978, p. 144): “como sindicalistas, os assistentes sociais têm a responsabilidade de unir o movimento sindical como uma força que trabalha em nome dos seus clientes”.

Ainda na década de 1970, no que concerne ao legado do Serviço Social Radical britânico, é importante destacar que apesar de ser notória a crescente produção de conhecimento teórico-metodológico e do fortalecimento de articulações ético-políticas, firmadas com sindicatos e movimentos sociais, não se observa um mesmo impacto no que se refere à dimensão técnico-operativa. Reporta-se que naquele momento, a prática profissional se desenvolveu de forma mais tímida e pulverizada, ainda que se possa destacar alguns exemplos concretos de projetos radicais articulados junto a usuários nas áreas de defesa de direitos e trabalhos comunitários, balizados pela vertente radical (Ioakimidis, 2019).

Nota-se que o que se sobressai a agenda transformadora radical no Serviço Social no Reino Unido é a crítica contundente do peso das abordagens psicoterapêuticas na profissão e do *casework*¹¹, como método primário de intervenção (Bailey & Brake 1975; Langan & Lee 1989). Com opiniões convergentes, Bailey e Brake (1975) e Simpkin (1973) defendiam uma prática baseada em uma análise estrutural dos problemas sociais e pessoais, afastando, assim, o Serviço Social do trabalho de caso eminentemente psicológico, contribuindo para diminuir as funções de controle social da profissão. Contudo, os questionamentos não se dirigiam apenas às teorias psicológicas de inspiração freudianas e anteriores. A crítica radical também se dirigia às recém-chegadas teorias sistêmicas que tinham vindo a adquirir proeminência no Serviço Social de caso nos anos de 1970 (Bailey & Brake, 1975; Cohen, 1975). Estas foram acusadas de diminuir, senão mesmo de eliminar, a dimensão política da prática e a capacidade dos assistentes sociais reconhecerem nos públicos com que trabalhavam capacidade de se assumirem como atores políticos.

Ao criticar tanto as práticas tradicionais, como as mais recentes correntes sistêmicas, as propostas radicais apontavam, assim, para uma desmetodologização (Corrigan & Leonard, 1978) da profissão. Paralelamente, propunha-se apostar num trabalho com e dentro das organizações e dos movimentos de base popular, assim como de usuários de serviços sociais. Isto, no espírito de um Serviço Social de comunidade, mas, afastado dos princípios desenvolvimentistas que pautaram a sua emergência e evolução (Cannan, 1975; Cloward & Piven, 1975; Mayo, 1975). Essa opção pelo envolvimento com grupos comunitários e movimentos sociais, além de acentuar a dimensão política da profissão e aproximar os profissionais dos sujeitos e suas condições de vida, era vista como decisiva para proporcionar soluções viáveis para os problemas enfrentados pelos sujeitos e pelos coletivos (Piven & Cloward, 1971; Richan & Mendelsohn, 1973; Simpkin, 1979).

Statham (1978) também salientou a importância do compromisso político do Serviço Social com os movimentos de base popular. Esta autora, não escondendo a influência de Paulo Freire, afirmava que a ação e a mudança comunitárias dependiam da conscientização coletiva e, nesse

¹¹ Casework: estudo de caso (Tradução nossa).

âmbito, os assistentes sociais poderiam ter um papel importante, abrindo uma possibilidade mais de aproximar a prática profissional dos fins políticos (Silva, 2023).

Já nos anos 1980 e 1990 o Serviço Social Radical do Reino Unido experimentou um refluxo - o que não significa que tenha desaparecido por completo naquele período - desencadeado a partir de diversos fatores, tais como: os ataques do Governo de Margaret Thatcher ao estado de bem-estar social; a expansão do Gerencialismo de estado, que retraiu a margem de autonomia de assistentes sociais em seus respectivos locais de trabalho para que pudessem sustentar abordagens radicais em suas práticas profissionais; além da adoção de medidas de sufocamento da produção intelectual nas universidades, adotadas por parte dos diretores como medidas para contornar a influência radical no âmbito da formação (Ioakimidis, 2019).

O que se observa nos dias de hoje, apesar do seu declínio no último quarto do século XX, é que a vertente radical historicamente deixou um legado importante que inspira diversos segmentos do Serviço Social britânico na contemporaneidade, em especial, aos grupos vinculados às lutas antimanicomial, antirracista, antipatriarcal, dentre outros. Tais fatores têm propiciado o ressurgimento da proposta radical, sobretudo a partir dos anos 2000, por meio das pesquisas de Iain Ferguson, Michael Lavalette e da *SocialWork Action Network* (SWAN)¹². Essa aproximação resultou, dentre outras articulações e produções, em um manifesto publicado em 2004 e em uma nova revista, intitulada “*Critical and Radical SocialWork*” (Serviço Social Crítico e Radical).

Reafirmando essa direção, Lavalette (2011, tradução nossa) elenca as “fontes de esperança” de um ressurgimento do Serviço Social radical no Reino Unido enquanto teoria e prática atualmente. Para o autor, o primeiro recurso de esperança está presente nas “teorias e práticas dos movimentos de justiça global e contra a guerra, que nos forcem a abordar as injustiças e desigualdades globais e a pensar sobre as alternativas - local, global e contra sistema” (Lavalette, 2011, p. 9, tradução nossa).

O segundo recurso de esperança está na revitalização das organizações coletivas existentes atualmente. Destaca-se que os sindicatos são organizações contraditórias, não obstante, nos últimos anos, ocorreram mudanças significativas, nas quais os sindicatos não são mais meros instrumentos voltados às questões salariais e de condições de trabalho e passaram a se concentrar num sindicalismo com caráter mais político, com envolvimento em atividades e projetos contra a guerra e em campanhas anti-fascistas, além de ações voltadas à defesa dos serviços sociais (Lavalette, 2011, p. 9, tradução nossa).

Diante dos severos cortes do governo britânico (coalizão “*Con-Dem*”) no orçamento dos serviços sociais, “o sindicalismo político e a organização coletiva dos assistentes sociais em

¹² SWAN: Rede de Ação do Serviço Social.

defesa dos empregos e dos serviços fornecem outro “recurso” e um meio de lidar com a crise que está prestes a nos atingir” (Lavalette, 2011, p. 9, tradução nossa).

Por último, o terceiro recurso de esperança, Lavalette (2011, tradução nossa) destaca a importância de redes coletivas de campanha capazes de responder prontamente questões diretamente relacionadas ao Serviço Social e aos usuários dos serviços, num trabalho em conjunto com os sindicatos. Segundo o autor, a Social Work Action Network (SWAN)¹³ na Grã-Bretanha apresenta todo o potencial de materializar essas ações e cumprir esse papel.

Desde seu surgimento em 2006, a SWAN vem crescendo, promovendo uma conferência anual de aproximadamente 300 delegados regulares que realizam o debate em questões sobre “o trabalho social, a assistência social e o estado de bem-estar social”. Na atualidade, a SWAN apresenta grupos locais e regionais em todo o Reino Unido, em cidades como: Glasgow, Edimburgo, Yorkshire, Lancashire, Birmingham, Londres, Bristol e cidades também no País de Gales (Lavalette, 2011, p. 10, tradução nossa).

Além de organizar conferências anuais, a SWAN também constitui uma “rede de ação”, na qual desenvolve ações políticas e atividades educativas com vistas a contribuir com o fortalecimento da articulação do Serviço Social Radical, diante de eventos emblemáticos que ocorrem na sociedade - a exemplo da instituição de campanhas anti fascistas que trabalham em agências locais de serviços sociais no Reino Unido; da execução de atividades em apoio a assistentes sociais em greve; ou mesmo da introdução de reuniões pró-palestina em sua agenda política, diante dos ataques de Israel (Lavalette, 2011).

Nesse sentido, Lavalette (2011) afirma que a SWAN é uma organização que está em desenvolvimento, tendo por objetivo contrapor os impactos resultantes dos drásticos cortes de recursos promovidos pelo neoliberalismo no que se refere ao serviço social e à assistência social. De acordo com a mesma fonte, a SWAN “está comprometida com a prática antirracista e antiopressiva, com o envolvimento e a participação dos usuários dos serviços, com fortes vínculos com sindicatos relevantes” (p. 10, tradução nossa). Desta forma, a SWAN visa repensar o projeto do Serviço Social radical para o século XXI.

¹³ Em 2006, cerca de 300 trabalhadores, acadêmicos, estudantes e usuários de serviços se reuniram em uma conferência organizada em torno do tema: “Trabalho social: uma profissão pela qual vale a pena lutar? A conferência foi encerrada com o anúncio formal da criação da SWAN (Lavalette, 2011, pp. 9-10, tradução nossa).

À guisa de conclusão: potencialidades do diálogo entre as trajetórias contestatórias do Serviço Social brasileiro e britânico

Embora tenham traçado estratégias distintas de conformação e disputa por adesão aos projetos profissionais que defendiam, de caráter crítico e radical no confronto e contestação ao projeto profissional tradicional, tanto o Serviço Social brasileiro quanto o britânico abraçaram uma mesma *direção social*, qual seja, a de um projeto societário emancipador, contrário ao projeto societário capitalista. Este é um dos elementos centrais para o fortalecimento de projetos profissionais contestatórios ao projeto tradicional na profissão em termos mundiais.

Portanto, com base no exposto, é inegável que a ampliação do diálogo do Serviço Social Brasileiro com outras trajetórias do Serviço Social mundial que ousaram contestar o conservadorismo e se situar no campo das lutas progressistas, como é o caso do Serviço Social Radical do Reino Unido, merece ser melhor adensado. Sua potencialidade se inscreve não só na possibilidade de enfrentamento aos desafios históricos vivenciados pela profissão, mas, sobretudo, na direção do fortalecimento coletivo de projetos profissionais assentados em uma perspectiva crítica e comprometidos com a emancipação humana.

Os projetos profissionais de ruptura com o conservadorismo não podem ser pensados de forma isolada, sobretudo porque a dialética do capitalismo não permite o isolamento, principalmente em tempos de crise. A ofensiva do capital e o neoliberalismo não são particularidades brasileira e britânica, da mesma forma que o avanço das forças regressivas, conservadoras e da direita extrema também não o são (Bigogno, 2020, 2021). Portanto, diante do contexto atual, o compromisso assumido com um projeto emancipatório se mostra cada vez mais necessário e precisa ser fortalecido. A aproximação entre projetos profissionais de *direção social* crítica à realidade se torna fundamental, tendo como norte o fortalecimento dos debates contemporâneos e a reafirmação de compromissos junto às lutas sociais e disputas por projetos societários e profissionais.

O desenvolvimento de pesquisas recentes no Serviço Social brasileiro e britânico com amplo esforço para a interlocução profissional em diferentes países da Europa, África, América do Norte, Austrália, dentre outros, com resultados que permitem uma reflexão sobre o desenvolvimento da profissão, as aproximações teóricas, políticas e conjunturais, numa busca pela interlocução orgânica com a profissão em nível mundial, têm permitido um certo “descobrimto” sobre as vertentes ou movimentos contestatórios que se constituíram em outras partes do mundo e têm cumprido o papel da interlocução entre perspectivas que se propõem críticas ao capitalismo (Bigogno, 2020).

Assim, compreendemos que a capacidade de análise crítica que o Serviço Social brasileiro e britânico - a partir de suas vertentes contestatórias - desenvolveram ao longo dos últimos 40 anos, vem lhes conferindo visibilidade social e respeitabilidade, tanto em nível nacional quanto internacional e suas investidas nos congressos internacionais e a busca pela articulação a outras vertentes críticas e a projetos profissionais de direção social próxima, demonstram que essa iniciativa se mostra próspera e relevante para a categoria profissional no Brasil e Reino Unido.

Compartilham do horizonte comum de construção de uma outra sociedade, portanto, permitindo o diálogo das ideias e possibilidades construtivas para se pensar as estratégias de fortalecimento da direção social crítica para a profissão, no cenário mundial.

Referências Bibliográficas

- Abramides, M.B. (2019). *O Projeto Ético-Político Brasileiro: Ruptura com o conservadorismo*. Cortez Editora.
- Bailey, R., & Brake, M. (1975). Social Work in the Welfare State. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work* (1st ed., pp. 1–12). Random House.
- Barroco, M. L. (2012). *Código de ética do/a Assistente Social comentado*. Cortez Editora.
- Barroco, M. L. S. (2015). Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, 124, 623-636. doi.org/10.1590/0101-6628.042
- Bigogno, D.D.A. (2020). O projeto ético-político profissional brasileiro e as possibilidades de interlocução internacional: aproximações ao Serviço Social Radical do Reino Unido. Tese de Doutorado. UFRJ.
- Bigogno, A.D.D. (2021). Serviço Social Radical: a experiência do Reino Unido no transcurso dos anos 1970 a 1980. In: A história pelo avesso. A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. Orgs. Yamamoto, M.V; dos Santos, C.M. 1 Ed. – São Paulo: Cortez Editora: CNPQ.
- Cannan, C. (1975). Welfare Rights and Wrongs. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work* (1st ed., pp. 112–122). Random House.
- Cloward, R. A., & Piven, F. F. (1975). Notes Toward a Radical Social Work. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work* (1st ed., pp. vii–xlviii). Random House.
- Cohen, S. (1975). It's All Right for You to Talk: Political and Sociological Manifestos for Social Work Action. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work* (1st ed., pp. 76–95). Random House.

- Corrigan, P., & Leonard, P. (1978). *Social Work Practice Under Capitalism - A Marxist Approach*. MacMillan.
- Eiras, A., Yazbek, M. C., & Santos, C. M. dos. (2017). Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980. *Revista Em Pauta*, 15(40), 22–39.
- Feldon, P., Chenu, L., & Weinstein, J. (2018). The Case Con generation 1970-1975. *Critical and Radical Social Work*, 6(1), 107–114.
- Ferguson, I., & Lavalette, M. (2013). Critical and Radical Social Work: An Introduction. *Critical and Radical Social Work*, 1(1), 3-14. doi.org/10.1332/204986013X665938
- Iamamoto, M.V. (2007). *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. Cortez Editora.
- Iamamoto, M.V. (2012). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional* (19ª edição). Cortez Editora.
- Iamamoto, M. V. (2018). Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In R. Raichelis, D. Vicente, & V. Albuquerque (Orgs.). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social* (pp. 66-68). Cortez Editora.
- Iamamoto, M.V., & Carvalho, R. (2013). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma Interpretação histórico-metodológica*. Cortez Editora.
- Ioakimidis, V. (2019). Reflexões sobre a história: desenvolvimento e evolução do Serviço Social radical na Europa. *Libertas*, 19(2), 270-285. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/28978/19930>
- Jones, C., Ferguson, I., Lavalette, M., & Penketh, L. (2011, Setembro, 11). *Social Work and Social Justice: A Manifesto for a New Engaged Practice*, <https://socialworkfuture.org/>. <https://socialworkfuture.org/social-work-and-social-justice-a-manifesto-for-a-new-engaged-practice/>
- Joyce, P., Corrigan, P., & Hayes, M. (1988). *Striking Out-Trade Unionism in Social Work*. MacMillan Education.
- Langan, M., & Lee, P. (1989). Whatever happened to radical social work?. In M. Langan & P. Lee (Eds.), *Radical Social Work Today* (pp. 1–18). Unwin Hyman.
- Lavalette, M. (2011). *Radical Social Work Today. Social work at the crossroads*. The Policy Press.
- Lorenz, W. (1994). *Social Work in a Changing Europe*. Routledge.
- Mayo, M. (1975). Community Development: A Radical Alternative? In R. Bailey & M. Brake (Eds.). *Radical Social Work* (1st ed., pp. 129–142). Random House.

- Mullaly, B. (1997). *Structural social work: Ideology, theory and practice* (2nd ed.). Oxford University Press Canada.
- Netto, J. P. (2006). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In A. E. Mota et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. Cortez Editora. , 2006. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/a-construcao-do-projeto-eticolpolitico-do-servico-social-201608060411147630190.pdf>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2024.
- Pearson, G. (1973). The politics of uncertainty: A study in the socialization of the social worker. In H. Jones (Ed.), *Towards a new social work* (pp. 45–68). Routledge & Kegan Paul
- Pearson, G. (1975). Making Social Workers: Bad Promises and Good Omens. In R. Bailey & M. Brake (Eds.), *Radical Social Work* (1st ed., pp. 13–45). Random House.
- Piven, F. F., & Cloward, R. A. (1971). *Regulating the poor: The functions of public welfare*. Vintage Books.
- Powell, F. (2001). *The Politics of Social Work*. Sage.
- Reisch, M., & Andrews, J. (2002). *The Road Not Taken - A History of Radical Social Work in the United States*. Routledge.
- Richan, W. C., & Mendelsohn, A. R. (1973). *Social Work: The Unloved Profession*. New Viewpoints.
- Simpkin, M. (1979). *Trapped Within Welfare: Surviving Social Work*. MacMillan Press.
- Silva, P. G. (2019). The radical turn of Portuguese social work during the democratic transition (1974–76). *Critical and Radical Social Work*, 7(1), 7–23. doi.org/10.1332/204986018x15401200796926
- Silva, P. G. (2023). *Social work in the Revolution: Political agency and intervention of social workers in the democratic transition in Portugal (1974-1975)*. University of Jyväskylä. https://jyx.jyu.fi/bitstream/handle/123456789/86040/978-951-39-9598-0_vaitos09052023.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Statham, D. (1978). *Radicals in Social Work*. Routledge & Kegan Paul.
- Steyaert, J. (1975). Radical social work: Refocusing social work, seeing more than the individual. 2019. Disponível em: https://historyofsocialwork.org/eng/details.php?cps=26&canon_id=166. Acesso em: 14 de março de 2024.
- Wagner, D. (1989). Fate of Idealism in Social Work: Alternative Experiences of Professional Careers. *Social Work*, 34(5), 389–395.
- Wagner, D. (1991). Movimentos radicais nos serviços sociais: uma base teórica. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 35, 70-102.

- Weinstein, J. (2011). Case Con and radical social work in the 1970s: the impatient revolutionaries. In M. Lavalette (Ed.). *Radical SocialWork Today: SocialWork at the Crossroads* (pp. 11-25). Policy Press.
- Wenocur, S. (1974). The Social Welfare Workers Movement: A Case Study of New Left Thought in Practice. *Journal of Sociology and SocialWelfare*, 3(1), 3–20.
- Withorn, A. (1984). *Serving the people: Social services and social change*. Columbia University Press.